

# VENDENDO MEMÓRIA

O comércio do Recife  
como patrimônio cultural







Recife, cidade portuária, tem seu centro antigo caracterizado pela intensa presença dos comerciantes que construíram e ainda constroem a história local, auxiliando no desenvolvimento da cidade. Ao longo dos séculos, com a expansão das atividades comerciais, o Recife cresce e se transforma. Devido a importância dessas atividades e trabalhadores locais, a presente cartilha tem por objetivo apresentar para esse público, um pouco sobre a história do Recife, especialmente sob a ótica da sua própria história: dos comerciantes. Além disso, busca-se apresentar o patrimônio cultural que configura essa cidade, bem como as legislações e órgãos responsáveis pela preservação desse centro histórico.





RECIFE DAS RUAS E PONTES



O Recife surge inicialmente como uma pequena colônia de pescadores, fundada em 1537, numa localização privilegiada, chamando a atenção dos colonizadores portugueses que transformaram aquela localidade em um importante grande centro comercial. O povoado chamado pelo primeiro donatário de “Arrecife dos navios” e de Ribeira Marinha dos Arrecifes, segunda a Carta de Foral, veio a ser o porto principal da capitania, uma vez que possuía características para tal associação, como a proteção dos arrecifes, águas tranquilas para ajustes das embarcações, além da ligação com a rede fluvial, por meio dos rios Beberibe e Capibaribe. A evolução da cidade, a partir do seu porto natural, marcou desde cedo a posição do Recife como centro comercial e escoadouro da economia agroexportadora.



Vista a partir do Bairro do Recife, observando-se, ao fundo, a cidade de Olinda.

Fonte: Museu da Cidade do Recife.

A povoação começou com a presença de alguns pescadores e homens do mar, os quais se instalaram na estreita porção de terra, que vinha da cidade de Olinda e se alargavam para as bandas do extremo sul. No começo do século XVII os franciscanos começam a se instalar e a levantar o convento de Santo Antônio. Ao redor do convento existiam poucas residências e armazéns, enquanto todo o resto da Ilha mantinha-se desabitada. Na lógica portuguesa, foram instaladas fortificações e paliçadas para a defesa do povoado e do porto, voltados para o mar.



Vista da Cidade Maurícia, Frans Post, 1657. Fonte: Coleção pessoal de Jacques Ribemboim, UFRPE.

Com o desenvolvimento, Pernambuco torna-se uma das capitâncias mais prósperas, devido à produção do açúcar, sendo também o ponto de apoio da colonização portuguesa na costa setentrional do Brasil. Em virtude da evolução das exportações, ocorre então uma aceleração das atividades portuárias e assim o desenvolvimento da povoação.

O grande potencial econômico e a posição estratégica fazem com que Pernambuco gere interesse de outros povos europeus. Assim, em 1630, é ocupado pelos holandeses que tornam Recife seu centro de poder até 1654.



Porto do Recife, atual Bairro do Recife. Fonte: Coleção Friederich Hagedorn, Museu da Cidade do Recife.

No primeiro período da conquista, os holandeses consolidaram e expandiram o núcleo original do Recife. O então povoado do Recife experimentou uma grande transformação do seu espaço com um aumento de construções no seu território e expansão para os bairros centrais de Santo Antônio e São José. Recife conheceu um aumento do comércio e de seu porto sob o comando do Conde Maurício de Nassau.

Apesar das transformações e expansões urbanas promovidas pelos holandeses houve um declínio econômico com a destruição dos engenhos, fato que só perdurou até a reconstrução das fortificações, o que proporcionou ao Recife o restabelecimento de diversas importações e exportações de gêneros de abastecimento e primeira necessidade.

Este comércio será o grande impulsionador para o crescimento urbano da cidade, e os bairros de Santo Antônio e São José, se apresentam, pela primeira vez, como espaço de comércio e varejo, dando oportunidade inclusive para os comerciantes independentes a se desenvolverem.

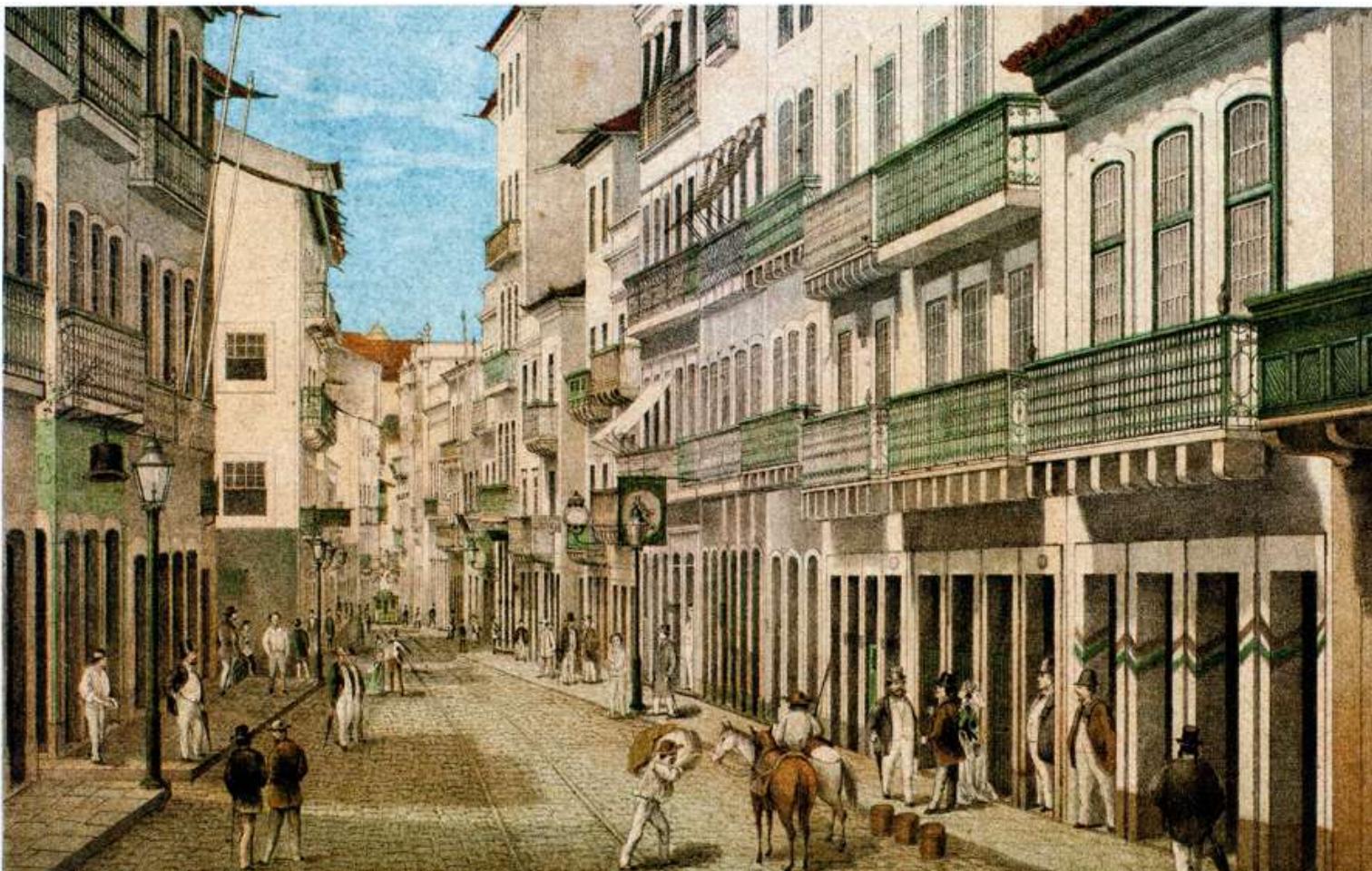
A presença holandesa trouxe para a cidade belos prédios, palácios, largas ruas e canais, além de pontes importantes para a comunicação entre os dois núcleos de povoação, a cidade Maurícia

-Ilha Antônio Vaz-, e o foco comercial que permanecia no velho povoado.

Na segunda metade do século XVII, a cidade cresceu mais lentamente, com a retomada do poder português. Entretanto, há um crescimento no número de profissionais como mercadores, mestres de ofícios e aventureiros que buscavam preencher as vagas deixadas no corpo do comércio, após 1654.



Aspectos dos edifícios na rua do Imperador. Fonte: Coleção F.H. Carls, Museu da Cidade do Recife.



Sobrados e comerciantes na rua Marquês de Olinda, Bairro do Recife.  
Fonte: Coleção F.H. Carls, Museu da Cidade do Recife.

Os sobrados desempenharam importante papel na organização e constituição da cidade. Devido à falta de terras, numa área estreita e entrecortada por rios, o processo de formação dos bairros do centro histórico do Recife se deu a partir da construção de edificações que tendiam a verticalização. Esse tipo de edifício foi muito comum no processo de ocupação, normalmente com mais de um pavimento, onde, predominantemente, o comércio ou as atividades de serviços localizava-se no andar térreo e o uso residencial ou de alojamento nos andares superiores.



Sobrados e comerciantes na rua Primeiro de Março, bairro de Santo Antônio.

Fonte: Coleção F.H. Carls, Museu da Cidade do Recife.

Havia uma pequena diferenciação entre os tipos de comerciantes: aqueles que realizavam o comércio no varejo, normalmente executava em casas térreas, os quais praticavam o trabalho manual de medir e pesar mercadorias; e o mercador de sobrado, que realizava o comércio por meio do atacado, muito provavelmente enriqueceu por meio da maskateação, ou seja, comerciante que vendia de porta em porta, andando pelas ruas e que, posteriormente, estabeleceu seu comércio no sobrado.



Pátio do Carmo, bairro de Santo Antônio. Fonte: Coleção F.H. Carls, Museu da Cidade do Recife.

A presença das ordens religiosas também auxiliou na ocupação dos espaços e na organização do novo tecido urbano, mais especificamente de Santo Antônio, por meio da instalação de conventos e igrejas. Os religiosos foram fundamentais na nova configuração da cidade, por serem donos de grandes propriedades de terras (os patrimônios religiosos), assim como também foram responsáveis, em função das construções dos conventos, igrejas e hospitais, por definir, os largos, e os espaços públicos.

Se restabelecendo economicamente, Recife foi elevado à categoria de vila, em 1710. Nessa nova estrutura, se organizam duas grandes classes sociais e econômicas, os nobres – senhores de engenho – e os mascates – comerciantes portugueses.

Com o aumento da população e a expansão da cidade, criam-se novos espaços e em meados do século XVIII os bairros do Recife, Santo Antônio e de São José foram ocupados com diversas constru-

ções, que visaram à ampliação do comércio, buscando atender a nova demanda de consumidores.

Ao final do século XVIII, a ilha Antônio Vaz estava toda ocupada e expandindo a área urbana para a Boa Vista, conquistando definitivamente o continente. A expansão para a Boa Vista criou um novo traçado, alinhada à nova ponte, foi construída a rua do Aterro (depois rua da Imperatriz), que se abria na grande praça da Boa Vista.



Panorama dos bairros de Santo Antônio e São José a partir do Bairro do Recife. Fonte: Coleção F.H. Carls, Museu da Cidade do Recife.



Reforma no Bairro do Recife, 1913. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

Com a vinda da família real para o Brasil e a abertura dos portos às nações amigas, houve uma série de transformações estruturais nos espaços da cidade. Diante da nova realidade se viu a necessidade de realizar reformas no porto do Recife para que este pudesse se adequar às novas demandas do comércio internacional. A proposta tinha como objetivo o de abandonar o desenho colonial das ruas, estabelecendo ao novo desenho um padrão de embelezamento, ordenamento e higienização, mostrando assim que a cidade estava apta ao progresso.



Reforma no Bairro do Recife, com demolição da Igreja Matriz do Corpo Santo. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

Essa nova demanda trouxe a necessidade de equipar a cidade com o transporte público e assim se instalou na cidade o transporte ferroviário, vinculados principalmente ao aumento das exportações do açúcar e o aparecimento do algodão como segundo produto exportável. Para além das ferrovias com caráter comercial, era primordial para a economia e para a vida social da província pernambucana a construção de novos caminhos que ligassem internamente os bairros do Recife, bem como caminhos entre o interior e a capital.

As obras desenvolvidas na área do porto obrigaram uma modificação significativa do traçado das avenidas e a reorganização das ruas laterais às grandes vias de acesso: a do Marquês de Olinda e a do Barão do Rio Branco. Este momento de transformação acabou trazendo prejuízos para o patrimônio da cidade, como o desaparecimento da Igreja Matriz do Corpo Santo e o Arco da Conceição.



**Arco da Conceição, demolido em 1913, no Bairro do Recife. Fonte: Coleção José de Paiva Crespo, Fundação Joaquim Nabuco.**



**Arco de Santo Antônio, demolido em 1917, bairro de Santo Antônio. Fonte: Coleção José de Paiva Crespo, Fundação Joaquim Nabuco.**



Bondes de burro em frente ao Arco de Santo Antônio. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

Entre as décadas de 1870 e 1950 o Recife vivencia uma modificação nos meios de transporte, com a implantação de bondes movidos à tração animal, depois a vapor e posteriormente com a chegadas das locomotivas movidas à energia elétrica.

Os antigos caminhos eram usados para a realização dos deslocamentos dos ônibus. Já os bondes de burros, por depender da instalação dos trilhos, onde corriam as rodas dos carros, teve de traçar caminhos exclusivos e, quando usou as ruas existentes, circulava no meio delas, ou ainda deixavam passagem somente de um dos lados. Assim nos bairros centrais foram instalados trilhos nas vias principais de comércio, o que acabou tornando o trânsito muito difícil, já que a população disputava espaço com os bondes.



Bondes na Avenida Marquês de Olinda, Bairro do Recife. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

O transporte coletivo urbano, ônibus puxado por animais, com rodas de madeira, e os bondes de burros, ligavam o Recife, Santo Antônio e São José aos territórios suburbanos e rurais. As novas estradas de ferro que iam sendo instaladas possibilitaram a criação de novos fluxos, por onde passavam a circular mercadorias e pessoas.

Os bondes puxados por burros circulavam em maior número no centro da cidade, embora algumas linhas fossem suficientes para as deficiências existentes. Os primeiros trilhos assentados partiam do Arsenal de Marinha, no bairro do Recife, seguiam para o Brum, em seguida pela Rua do Apolo e Marquês de Olinda, atravessavam a ponte do Recife, então chamada 7 de setembro, e a Ponte Maurício de Nassau, seguindo a da Boa Vista, chegando até a Passagem da Madalena. Havia ainda outros ramais que seguiam pela ponte de Santa Isabel, Rua Fernandes Vieira até Santo Amaro.

9 Ponte da Boa Vista



Bondes denominados “caixa de fósforo” na Ponte da Boa Vista. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

A implantação dessa estrutura acarretou na construção de pontes, melhorando a movimentação entre os bairros centrais (Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista). A ponte da Estrada de Ferro do Limoeiro, ligando Santo Amaro ao norte da Boa Vista; a ponte da Estrada de Ferro da Caxangá, ligando a Boa Vista à Caxangá e a Ponte de Santa Isabel, são exemplos de construções deste período.

Com a priorização do transporte rodoviário, ocorreu a pavimentação de quase todas as ruas por onde passavam os trilhos dos bondes, porém ainda é possível encontrar remanescentes dos trilhos nos bairros centrais do Recife.



Praça da República, com o Teatro Santa Isabel e o Palácio do Campo das Princesas e, ao fundo, a Assembleia Legislativa. Fonte: Coleção F.H. Carls, Museu da Cidade do Recife.

Com as reformas empreendidas no século XIX, todo o núcleo inicial foi demolido para a instalação de um traçado, o qual recebeu influência, principalmente, do urbanismo francês. Ruas foram alargadas e outras criadas. Prédios foram destruídos e áreas desapropriadas, porém destaca-se que este momento auxiliou na implantação dos melhoramentos do porto e do Bairro do Recife.

Em meados do século XIX, o Conde da Boa Vista realizou diversas melhorias na cidade do Recife, incluindo a construção do Teatro Santa Isabel, ponte pênsil do Caxangá, reconstrução da ponte da Boa Vista, ponte Santa Isabel e Sete de Setembro. Esse aumento das pontes conectando com os demais bairros contribuiu para a ampliação da urbanização da área.

Pernambuco – Mercado de São José



Mercado de São José. Fonte: Coleção Josebias Bandeira, Fundação Joaquim Nabuco.

No final do século XIX é inaugurado um marco representativo do comércio do centro, o Mercado de São José, com 542 boxes. Projetado e construído em ferro pré-fabricado, é um dos mercados públicos mais antigos do país.

Na continuidade da modernização do Recife, o século XX trouxe novas modificações no seu espaço urbano, principalmente, na sua área central. Esta foi objeto de intervenções, reordenamentos urbanos materializados na ideia de embelezamento, higiene e salubridade. A reorganização da área central tinha como objetivo dotar o centro urbano do Recife de avenidas largas, para acomodação da nova realidade que se apresentava, principalmente com aumento da circulação dos carros e a inclusão de equipamentos urbanos, os quais deveriam estar adequados e aptos a atender as demandas de urbanidade das sociedades orientadas pelo desenvolvimento.



Abertura da Avenida Guararapes, com destaque para o Pátio e Igreja do Paraíso. Fonte: Coleção Benício Dias, Fundação Joaquim Nabuco.

Na década de 1940 foi iniciada a abertura da Avenida Guararapes, no bairro de Santo Antônio, demolindo-se então, a Igreja do Paraíso e ampliando-se a Praça da Independência, também conhecida como pracinha do Diario.

Uma das mais representativas alterações urbanas ocorreu na segunda metade do século XX. Trata-se do prolongamento e alargamento da Av. Dantas Barreto no trecho compreendido entre o pátio da Igreja N. S. do Carmo e a Praça Sérgio Loreto, abrangendo uma área de quase  $4 \text{ km}^2$ . Essa mudança provocou uma onda de demolições. Vários prédios remanescentes da época colonial foram demolidos em um curto espaço de tempo.

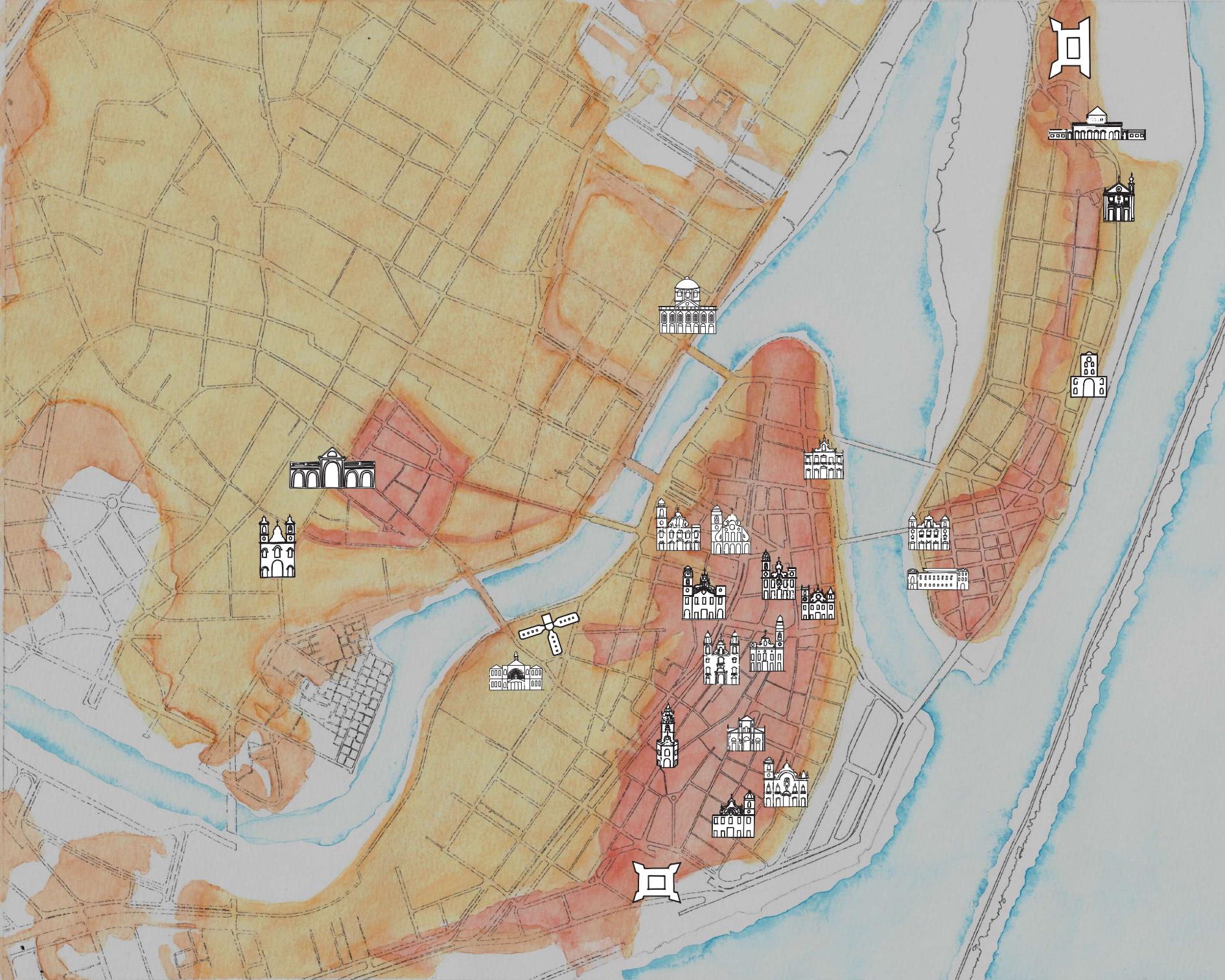
No bairro de Santo Antônio, alguns bens de significativo valor histórico, como o Quartel do Regimento de Artilharia, de 1786, e o Hospital de São João de Deus, onde fora instalada a Academia do Paraíso, foram perdidos para a suposta ascensão do progresso. Já no bairro de São José as intervenções se estenderam para a demolição de quadras, diversos imóveis (casas, sobrados, prédios), várias ruas (Águas Verdes, Hortas, Augusta, Alecrim, Dias Cardoso, Santa Teresa, Trincheiras, Laranjeiras), alterações no Pátio do Carmo e a demolição Igreja do Bom Jesus dos Martírios.



**Demolições no bairro de Santo Antônio com Igreja do Paraíso ao fundo.**  
Fonte: Coleção Benício Dias, Fundação Joaquim Nabuco.

Essas transformações foram muito importantes na alteração da dinâmica desses bairros centrais, especialmente para a retirada de vários moradores locais, assim como alteração no comércio.

Percebemos, desta forma, brevemente, como ocorreu o processo de evolução urbana e desenvolvimento dos bairros que configuraram o centro histórico do Recife, compreendendo seu período de ocupação e o surgimento de diversos monumentos (igrejas, fortres, teatro, mercados), que caracterizam a história da cidade e a identidade do recifense.



### Ocupação no período de 1700

-  Forte do Brum  
Bairro do Recife  
Séc. XVII
-  Igreja N. Srª do Pilar  
Bairro do Recife  
1680
-  Igreja Madre de Deus  
Bairro do Recife  
1720
-  Cais da Alfândega  
Bairro do Recife  
1720
-  Forte das 5 pontas  
Bairro de São José  
Séc. XVII
-  Igreja S. José do Ribamar  
Bairro de São José  
1797
-  Igreja do Divino Espírito Santo  
Bairro de Stº Antônio  
1690
-  Igreja Basílica de N. Srª do Carmo  
Bairro de Stº Antônio  
1710
-  Capela Dourada  
Bairro de Stº Antônio  
1724
-  Igreja Conceição dos Militares  
Bairro de Stº Antônio  
1771
-  Igreja Rosário dos Pretos  
Bairro de Stº Antônio  
1777
-  Igreja de São Pedro  
Bairro de Stº Antônio  
1782
-  Matriz de Stº Antônio  
Bairro de Stº Antônio  
1790
-  Igreja de São Gonçalo  
Bairro da Boa Vista  
1712

### Ocupação no período de 1800

-  Estação Central do Recife  
Bairro de São José  
1856
-  Matriz de São José  
Bairro de São José  
1864
-  Igreja N. Srª do Terço  
Bairro de São José  
1873
-  Mercado de São José  
Bairro de São José  
1875
-  Igreja N. Srª da Penha  
Bairro de São José  
1882
-  Igreja de Santa Rita  
Bairro de São José  
1890
-  Casa da Cultura  
Bairro de Stº Antônio  
1850
-  Teatro de Santa Isabel  
Bairro de Stº Antônio  
1850
-  Igreja do Livramento  
Bairro de Stº Antônio  
1882
-  Assembléia Legislativa  
Bairro da Boa Vista  
1875
-  Mercado da Boa Vista  
Bairro da Boa Vista  
Séc. XIX

### Ocupação no período de 1906



RECIFE MASCATE



O centro histórico do Recife é marcado pelas diversas igrejas, pátios, largos, mercados, corredores viários que perduram por séculos e, principalmente, pelo comércio e memória que atribuem vida e história à toda cidade. Nos quatro bairros (Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista), podemos identificar lojas históricas, que passam de geração em geração, que por muitas vezes mudaram de lugar, mas raramente de bairro ou saíram do centro do Recife. São as atividades e memórias locais que ajudam a construir a história do patrimônio cultural desse centro.



Porto do Recife. Fonte: Coleção F.H. Carls, Museu da Cidade do Recife.

Como vimos, o processo de formação da cidade inicia no Bairro do Recife, que no século XVI era apenas uma “lingueira de terra”, com pequena população que foi crescendo e necessitando de novos espaços para ocupar. Observamos, desta forma, o processo de aterro que proporcionou o crescimento do bairro, assim como o crescimento comercial que precisava abastecer a população sempre crescente. Nesse período, o bairro era caracterizado pela presença de armazéns, trapiches, alfândega e mercados. O espaço urbano era dividido entre comércio e moradia. Os mercados desse período eram, na verdade, feiras ou mercados abertos, que vendiam principalmente carnes, hortaliças e peixes. As atividades comerciais eram ligadas às atividades portuárias. Ali encontrávamos sobrados que eram utilizados como lojas no térreo e moradia nos demais pavimentos.

Precedendo as lojas, observamos a caracterização do comércio pelas barracas, com duas grandes pranchas de madeira que eram dispostas verticalmente, que abriam para cima até a posição horizontal, uma servindo como mesa e a outra como cobertura. Inicialmente os terrenos eram alugados para fixar as barracas, que posteriormente transformaram-se nas propriedades dos comerciantes.



Edifícios verticais no porto do Recife. Fonte: Coleção F.H. Carls, Museu da Cidade do Recife.

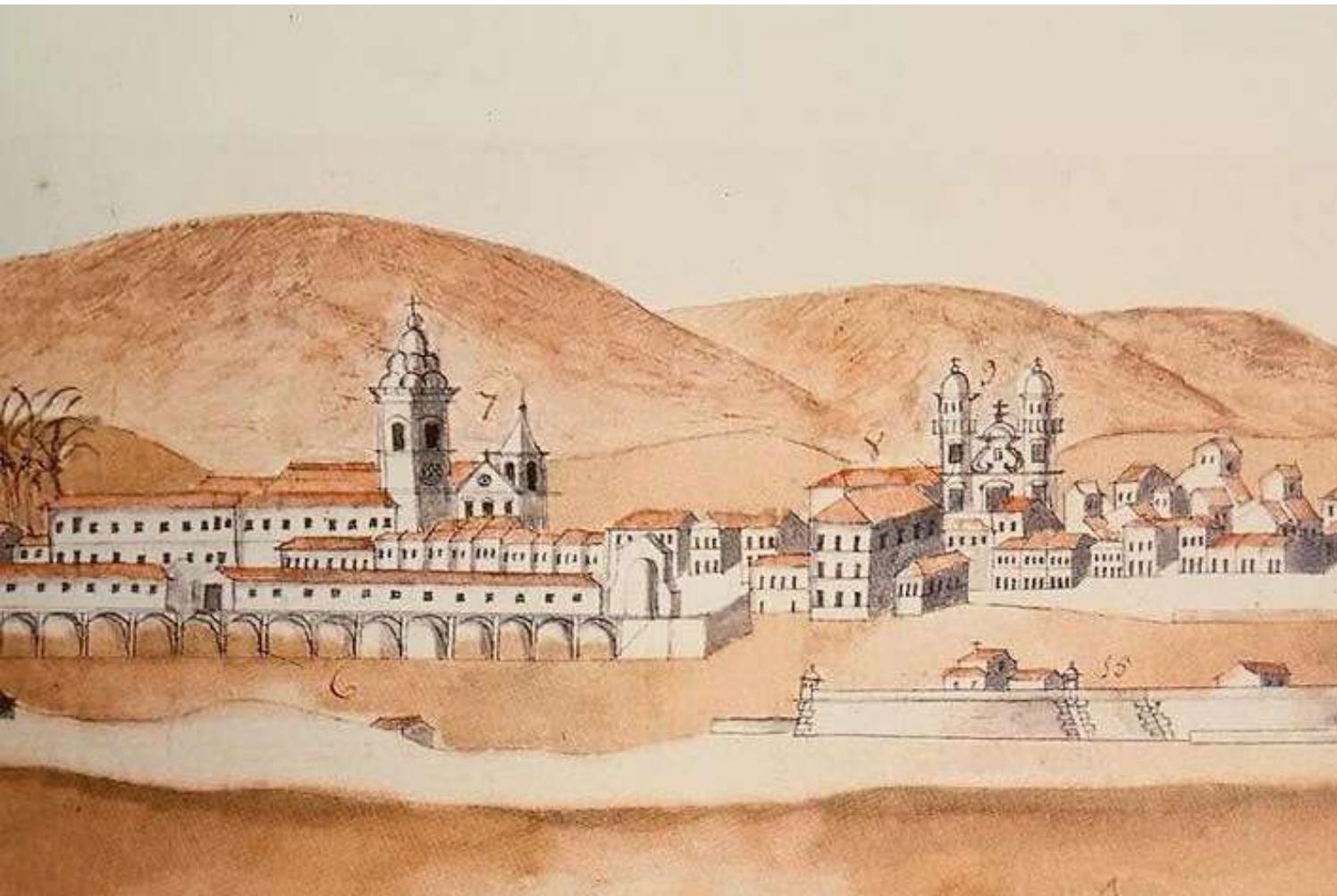
Com o crescimento populacional do Bairro do Recife, e sob a influência holandesa, as novas edificações tenderam a verticalização, suprindo a falta de terrenos existentes. Desta forma, observamos o surgimento dos sobradinhos, edificação com mais de dois pavimentos, onde, em sua maioria, o térreo abrigava o comércio e os pavimentos superiores eram destinados à moradia.



Aspectos da rua da Cruz, atual rua do Bom Jesus. Fonte: Álbum de Luis Schilappriz, 1863.

De acordo com Robert Smith (1979), esse costume era tão generalizado que a expressão “loja” era arbitrariamente aplicada ao andar térreo das casas de cidade na terminologia portuguesa antiga, chamando-se, portanto, os andares intermediários; quando existem, sobrelojas.

Entre o século XVIII e XIX, encontrava-se no Recife diferentes tipos de lojas: lojas em casa térrea; lojas em sobrados; e vendas. Os comerciantes que dominavam a cena do centro do Recife, auxiliaram na construção de diversos edifícios, inclusive religiosos, como a Ordem Terceira do Carmo, convento dos carmelitas, jesuítas e dos padres do oratório.



Aspectos das Lojinhas da Ponte. Fonte: Aquarela de J. Caetano.

Com o desenvolvimento da cidade, destacamos a presença das lojinhas da ponte; e os mercados da Ribeira do Peixe e da Polé. Sobre a Ponte do Recife foram colocadas uma média de 60 lojas, com metade de cada lado para que facilitasse a circulação de pedestres (Nóbrega, 2008). Vendiam-se produtos diversos, como: louça da companhia das Índias, joias, chapéus, dentre outros produtos supérfluos, ou seja, produtos que não estavam ligados ao abastecimento da população.



Comércio na rua Duque de Caxias. Fonte: Coleção Josebias Bandeira, Fundação Joaquim Nabuco.

Na primeira metade do século XIX observamos a especialização das casas comerciais e lojas, que deixaram de comercializar de tudo um pouco, como armazéns mistos, e se especializaram num único produto.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o Bairro do Recife observa a fuga das atividades de varejo para o bairro de Santo Antônio. Nesse último e no bairro de São José, observamos até o início do século XX, a figura do mercador, onde aponta-se uma diferença entre aqueles que comercializavam nas lojas de sobrado e aqueles que comercializavam nas lojas de casa térrea. O primeiro era identificado como mercador de sobrado, trabalhava com atacado, não media e nem pesava os produtos com as próprias mãos, tornou-se proprietário de fazenda ou engenho. Os comerciantes das casas térreas dedicavam-se ao varejo, mercadores de loja, que praticavam o trabalho manual de medir e pesar mercadorias.

Recife (Pernambuco) Praça da Independência



Mercado da Polé, na atual praça da Indpendência Fonte: Coleção Josebias Bandeira, Fundação Joaquim Nabuco.

É importante destacar a presença dos mercados abertos que foram alterados entre o final do século XIX e início do século XX. No bairro de Santo Antônio, por exemplo, destacamos a presença do Mercado da Polé, localizado na atual Praça da Independência, também conhecida como pracinha do Diario. Primitivamente, o local abrigava o Mercado Grande, onde se manteve a comercialização de produtos alimentícios. A Praça era conhecida inicialmente como Praça da Polé ou Campina do Crespo, sendo reformada em 1788 por D. Tomás José de Melo. Após o desabamento da Ponte do Recife, onde funcionavam várias lojas, a Câmara Municipal reforma a Praça da Polé, assim como o seu mercado, a fim de abrigar os comerciantes prejudicados com o desabamento da ponte.

Na Praça, estavam locados comerciantes de gêneros alimentícios, que comercializavam no mercado e que foram transferidos para a Ribeira do Peixe, em São José. As lojinhas da Praça, como ficaram conhecidas as lojas após a reforma, foram demolidas em 1905.

De acordo com Mario Sette (1981, p.198): "Vendiam-se nesses pequenos estabelecimentos, de preferência, bilhetes de loterias, miudezas baratas, chapéus e calçados de carregação. Ainda nos lembramos de "A Briza", do "Sonho de Ouro", da "Loja do Samarcos". Por trás corriam



Praça do Comércio, 1915. Fonte: Coleção Josebias Bandeira, Fundação Joaquim Nabuco.

dois becos: o do Peixe Frito e o das Cruzes. Numa delas ficava escondido o antigo prédio do Diário de Pernambuco, baixinho e feioso. Pelo Centro da Praça em duas direções trafegavam os bondes da Carril."

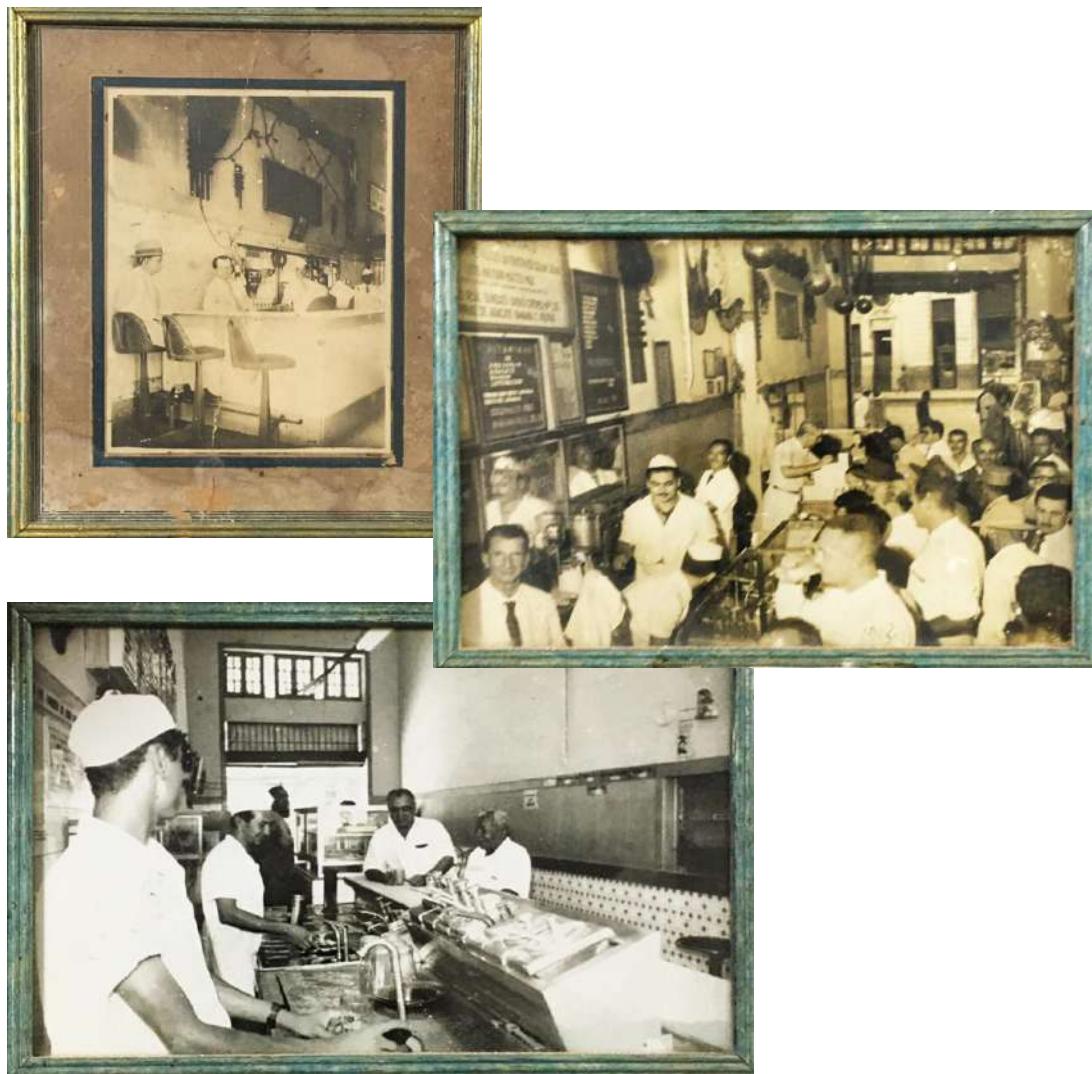
Com o decorrer dos anos, especialmente entre o final do século XIX e início do XX, o crescimento do comércio para os bairros de Santo Antônio e São José trouxe novas formas ao Bairro do Recife, que contava com uma população de 13.204 habitantes, enquanto Santo Antônio possuía 19.234 e São José 21.576, em 1910.



Praça Rio Branco. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

Nesse período, buscando modernizar a cidade, especialmente a área portuária, observamos a reforma do Bairro do Recife, que atribuiu a atual imagem do bairro. Três edifícios se destacam, após a reforma, na Praça do Marco Zero: Edifício Maurício de Nassau, edifício da antiga Associação Comercial e a antiga sede da Bolsa de Valores.

É no edifício Maurício de Nassau, também conhecido como ferro de engomar, que localizamos, em 1928, As Galerias, loja de maltado que atualmente está localizada na Rua da Guia. A loja fora fundada por um imigrante cubano, que residia no edifício Niagara.



Fotografias das Galerias. Fonte: Acervo Pessoal Jorge Henrique Santos.

O atual proprietário, Jorge Henrique Santos, revela que desde os 15 anos acompanha o pai e o avô nas dinâmicas da loja que ia da Avenida Marquês de Olinda a Avenida Rio Branco. A loja funcionava 24h por dia, uma vez que não tinha porta e não era possível fechar o estabelecimento. O maltado era amplamente conhecido e consumido pela população.

Em uma de suas crônicas, Clarice Lispector, revela que, numa das passagens pelo Recife, seu pai lhe levara a um passeio pelo Bairro do Recife e lhe fizera provar uma bebida nova, o “Ovomaltine de Bar”. Com o decorrer dos anos, o prédio ficou sem inquilinos, restando apenas As Galerias, que acabou mudando de local, passando para a Rua do Bom Jesus n.35, onde permaneceu até 2003.

A loja acompanhou, desta forma, as diversas transformações do bairro, desde o período de efervescência cultural: “Alguns eventos que tinham como o Dançando na Rua, Anos Dourados, Seresta, Jovem Guarda, foram extintos; a única coisa que resistiu foi a feirinha do Bom Jesus. Com a mudança do local, mudou o perfil do comércio, adotando um perfil de lanchonete, uma vez que o maltado não era muito acolhido”. “A gente



não vende maltado, vende lembranças. As Galerias é um resgate do passado e isso não tem preço; trazer uma família para comemorar um aniversário com uma virada de maltado é uma satisfação.”

No período da criação das Galerias, como visto, o Recife passava por diversas transformações. O início do século trazia à cidade modernizações, tanto no espaço urbano, quanto nas formas de comercializar.



Rua do Imperador. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

Com a fuga do comércio a varejo do Bairro do Recife, o bairro de Santo Antônio, por sua vez, se transformou num centro especializado de lojas, hotéis e redações de jornais. A rua do Imperador, segundo Mario Sette (1978) configurava-se como a rua política do Recife, onde estavam localizadas diversas redações de jornais como A Província, O Pernambuco, A Gazeta da Tarde e O Correio do Recife. Nesse contexto, a Rua Nova, por sua vez, se caracterizava pelo principal ponto de consumo das classes mais abastadas. Nela, se concentravam lojas de roupas, cinemas, casas de chá, sapatarias, lojas de chapéu, perfumes, confeitorias, etc.

Entre os limites do bairro de Santo Antônio e São José, observamos a presença de sobradinhos que abrigavam as lojas no térreo, bem como o porto das barcaças, atual Cais de Santa Rita e o então Mercado de Peixe, locado na Praça do Mercado, que fora substituído na segunda metade do século XIX, pelo Mercado de São José.

A Praça do Mercado, atual Praça Dom Vital, contava com a feira de frutas e verduras. Inaugurado em 1875, a construção com



Mercado de São José. Fonte: Coleção Josebias Bandeira, Fundação Joaquim Nabuco.

3.541 m<sup>2</sup> passou dois anos para ser concluída. Com arquitetura em ferro, a edificação foi inspirada no mercado público de Grenelle, em Paris.

Ao lado do Mercado, na Rua da Praia, encontramos o comerciante João Tavares, da Casa Cajueiro, que funciona no mesmo lugar desde 1910, mas que, primitivamente, vendia estiva. Ele conta que toda quinta-feira chegavam várias pessoas vindas do interior para comprar nos arredores do mercado.



Vista das embarcações no atual Cais de Santa Rita. Fonte: Coleção Benício Dias, Fundação Joaquim Nabuco.

"Naquela época, que não tinha supermercado, o interior não tinha estrada, [...] na quinta-feira [...] vinha todo comerciante do interior, de longe, fazer compra em Recife, então era um movimento muito grande. [...] era uma maneira muito diferente [de comercializar], uma maneira mais humana, eu tratava você com o carinho de lhe receber. Hoje ninguém sabe quem é ninguém. [...] na fundação [da loja] era estiva: charque, bacalhau, leite em pó, feijão, arroz. Era muita atividade e muito grande. Essa área aqui toda era estiva, estiva em grosso, era negócio grande. No tocante as barcaças, que era o porto aqui, essas barcaças faziam o transporte de açúcar daqui pro Nordeste, Maranhão, Piauí, à vela, dois mastros, como se fossem aqueles galeões antigos, sendo um pouco menor."

Ainda de acordo com João Tavares, “[...] esse pessoal, como passavam 15 dias, 12 dias viajando, que iam de acordo com a corrente do ar, precisavam ter os mantimentos dentro dos barcos. Então se vendia muito, porque além do açúcar levavam o feijão, farinha, carne de charque, essas coisas, a gente vendia pro nordeste todo, era muito movimento”.

Ainda nas mediações do mercado, pelo bairro de São José, encontramos a grande presença do comércio que com os anos só se consolidou.



**Beco do Veado, bairro de Santo Antônio.** Fonte: Coleção Benício Dias, Fundação Joaquim Nabuco.

Os becos e vielas, assim como as demais ruas, se encheram de comerciantes. Os lotes estreitos e edificações coladas caracterizavam as lojas no térreo e os pavimentos superiores, quando havia, para outros usos, especialmente de moradia. Todavia, São José, até o momento, era predominantemente de edificações terreas. As edificações dos bairros centrais foram sendo transformadas com o tempo, ganhando novos estilos, com atualização das fachadas, a exemplo das composições neoclássicas, com a adoção da platibanda e novos elementos decorativos.

Outra importante transformação são as vitrines que surgem como caixas envidraçadas, com mostruários de produtos. Cresce o número de lojas de fazenda e de modas, além de floristas, cabeleireiros e charutarias. Detalhe interessante para o surgimento, ainda no século XIX, das lojas com nomes. Anteriormente, as lojas eram denominadas com a localização: "loja junto ao arco", "loja da esquina da cadeia nova", etc.

Ainda no século XIX observamos o surgimento das padarias. Havia no Brasil o costume de fazer o pão em casa. Em 1875, surge, desta forma, no bairro da Boa Vista, a Padaria da

Imperatriz. Localizada na Rua da Imperatriz nº 240, a histórica padaria permanece na mesma edificação e segue na mesma família desde a sua criação.

De acordo com Horácio de Amorim Filho, que está à frente da padaria desde 2017, "a rua da Imperatriz era uma das maiores ruas, muito movimentada, as vitrines das lojas bem organizadas, totalmente diferente do que é hoje". A padaria compõe o imaginário e cotidiano de toda a população que perambula pelas ruas do centro do Recife.



**Rua da Imperatriz.** Fonte: Alexandre Berzin, Museu da Cidade do Recife.



Café Lafayette, rua Primeiro de Março. Fonte: Museu da Cidade do Recife.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, com o advento da Revolução Industrial, foi possível verificar o aparecimento de novas edificações com maiores dimensões, com espaço para depósito, para o estoque de mercadorias, a exemplo da Fábrica de cigarros e charutos Lafayette, localizada no bairro de Santo Antônio. Nesse bairro era possível verificar as lojas de atacado que, no início do século XX, já não eram consideradas mais chics como anteriormente, a exemplo das lojas localizadas na Rua Nova.

O bairro de Santo Antônio era conhecido desde o século XVII por concentrar a maior quantidade de comércios, levando, com o decorrer dos anos, essa vocação para o bairro de São José, onde hoje não conseguimos distinguir onde começa um bairro e termina o outro.



Páto do Terço. Fonte: Coleção Josebias Bandeira, Fundação Joaquim Nabuco.

Nesse período, o comércio de varejo começa a ganhar prestígio. Tanto no bairro de Santo Antônio quanto no bairro de São José, era possível encontrar comércio de luxo e o comércio voltado para as classes populares, a exemplo do comércio desenvolvido no bairro de São José. Ali, o comércio ganha ainda mais força quando é inaugurado o Terminal Rodoviário de Santa Rita em 1952. A partir deste momento, as ruas circunvizinhas ganham maior número de lojas, especialmente voltadas para miudezas e de atacado.



Interior da Farmácia Dr. Sabino Pino. Fonte: Cultura PE.

Além do comércio de miudezas, destaca-se a presença de outros tipos de comércio, a exemplo da Farmácia Dr. Sabino Pinho, localizado atualmente na rua das Águas Verdes. A farmácia possui 173 anos, mas inicialmente estava localizada no bairro de Santo Antônio, mudando-se para o atual endereço há 60 anos, de acordo com a atual proprietária Raquel Sabino Pinho, que está à frente da farmácia há 16 anos.

De acordo com ela, [...] “O fundador da farmácia era um médico alopatia, adoeceu, foi desenganado pela alopatia e conseguiu se curar com a homeopatia. [...] ele era sergipano, e veio aqui pro Nordeste e trouxe a homeopatia pra cá, em 1848, aí [o negócio] foi passando de pai pra filho. O filho dele era médico e deu continuidade, o outro filho, também médico, deu continuidade. O meu avô não era médico e nem farmacêutico, mas deu continuidade a farmácia, mesmo aos trancos e barrancos, e meu pai também, não é médico e nem farmacêutico, mas deu continuidade; eu sou farmacêutica e minha irmã também é farmacêutica e a gente vai levando”.



**Comércio na Rua Nova. Fonte:** Coleção Benício Dias, Fundação Joaquim Nabuco.

Nos anos 1950, os bairros de Santo Antônio, São José e Boa Vista abrigavam boa parte dos comércios, empresas industriais e dos serviços da cidade. Nos anos 1970 a expansão comercial favoreceu a implantação de empresas de capital estrangeiro, como os supermercados. Soma-se a este, o fato da criação de novos centros comerciais, a exemplo da Encruzilhada e Afogados, que, somados às décadas seguintes, ao surgimento dos shoppings centers, contribuíram para o processo de esvaziamento do centro.

Antigos magazines e lojas departamentais existentes no Centro desapareceram, como a Sloper e a Viana Leal, na rua da Palma; as Lojas Brasileiras, na Rua da Imperatriz; e a loja Mesbla, localizada na Avenida Conde da Boa Vista, além das Casas Pernambucanas.

No bairro da Boa Vista, diferente dos demais bairros, havia a presença de comércio em determinadas ruas, como a Rua da Imperatriz, porém,



Praça Maciel Pinheiro. Fonte: Coleção Josebias Bandeira, Fundação Joaquim Nabuco.

o bairro sempre foi dotado predominantemente de residências, como nos revela a comerciante Tânia Maria de Souza da Silva, que junto com mãe, trabalha no Mercado da Boa Vista há quase 50 anos. De acordo com ela, a área não tinha bar e predominava o uso habitacional. Com o tempo, novos comércios chegaram no local e o Mercado passou por pequenas modificações, abrigando, atualmente, boxes que vendem frutas, verduras, lanches e bebidas.



Comércio de rua na rua Nova. Fonte: Museu da Cidade do Recife.

Vale lembrar que o mercado fora construído ainda no século XIX e, como nos lembra a comerciante, no local funcionou uma estrebaria e o cemitério da Capela, atual Igreja de Santa Cruz. O local era popularmente conhecido como Ribeira da Boa Vista.

Salienta-se que, desde o início do século XX existia no centro não apenas o comércio de loja, como também o comércio de rua, que vendia frutas, verduras, sorvetes, sapatos, relógios e etc. Desta forma, é possível verificar a dinâmica comercial que caracteriza o Recife desde a sua fundação e que, ainda hoje, faz parte da história, memória e cotidiano desse centro.



Comércio de rua na rua Imperatriz. Fonte: Museu da Cidade do Recife.

O comércio contribuiu, assim, com a dinâmica do centro histórico do Recife, mas também sofreu com as transformações que assolaram esse lugar. A abertura das avenidas, o surgimento dos *shoppings*, as novas dinâmicas e necessidades que fizeram a população se deslocar da área central para novas centralidades, foram significativas para as mudanças do comércio que teve que se reinventar ao longo dos séculos.

Observamos o comércio desempenhado pelos mascates, pelas feiras e mercados abertos, pelas lojas (sobrado, térrea e vendas), pelos mercados fechados e comércio de rua. Todos esses tipos de comércio, desempenhado por diferentes tipos de comerciantes, controem cotidianamente, a história do centro do Recife, sendo, também, responsáveis, não apenas pelo desenvolvimento, como pela preservação desse lugar.





Tarde no Recife.  
Da ponta Maurício o céu e a cidade.  
Fachada verde do Café Máxime.  
Caís do Abacaxi. Gameleiras.  
Da torre do Telegrafo Ótico  
A voz colorida das bandeiras anuncia  
Que vapores entraram no horizonte.  
Tanta gente apressada, tanta mulher bonita.  
A tagarelice dos bondes e dos automóveis.  
Um carro gritando — alerta!  
Algazarra, Seis horas. Os sinos.  
Recife romântico dos crepúsculos das pontes.  
Dos longos crepúsculos que assistiram à passagem  
[dos fidalgos holandeses].  
Que assistem agora ao mar, inerte das ruas tumultuosas,  
Que assistirão mais tarde à passagem de aviões para as costas  
[do Pacífico].  
Recife romântico dos crepúsculos das pontes.  
E da beleza católica do rio.

Joaquim Cardozo, 1925.



RECIFE PATRIMÔNIO CULTURAL





Compreende os bens materiais que podem ser cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos, além de bens individuais, como igrejas, acervos museológicos, documentais, arquivísticos, fotográficos e cinematográficos.

Compreende as expressões culturais, tradições de um grupo de indivíduos que preserva sua ancestralidade, remetendo sua identidade. São manifestações, ofícios, modos de fazer, celebrações, formas de expressão e lugares.

A palavra patrimônio significa herança familiar ou conjunto de bens familiares, são bens de natureza econômica herdados por alguém, ou reunidos durante a vida. Os bens que fazem parte do patrimônio cultural não são de interesse apenas de uma pessoa, eles são uma herança coletiva, sendo um patrimônio dinâmico, que se modifica ao longo das gerações, de acordo com o surgimento de novas necessidades. O Patrimônio Cultural revela a vastidão dos aspectos da cultura de uma comunidade, é uma herança passada entre as gerações para sua manutenção e preservação, está associado a cultura, a identidade, aos valores, a história e a memória.



Patrimônio Cultural Material presente no centro do Recife.

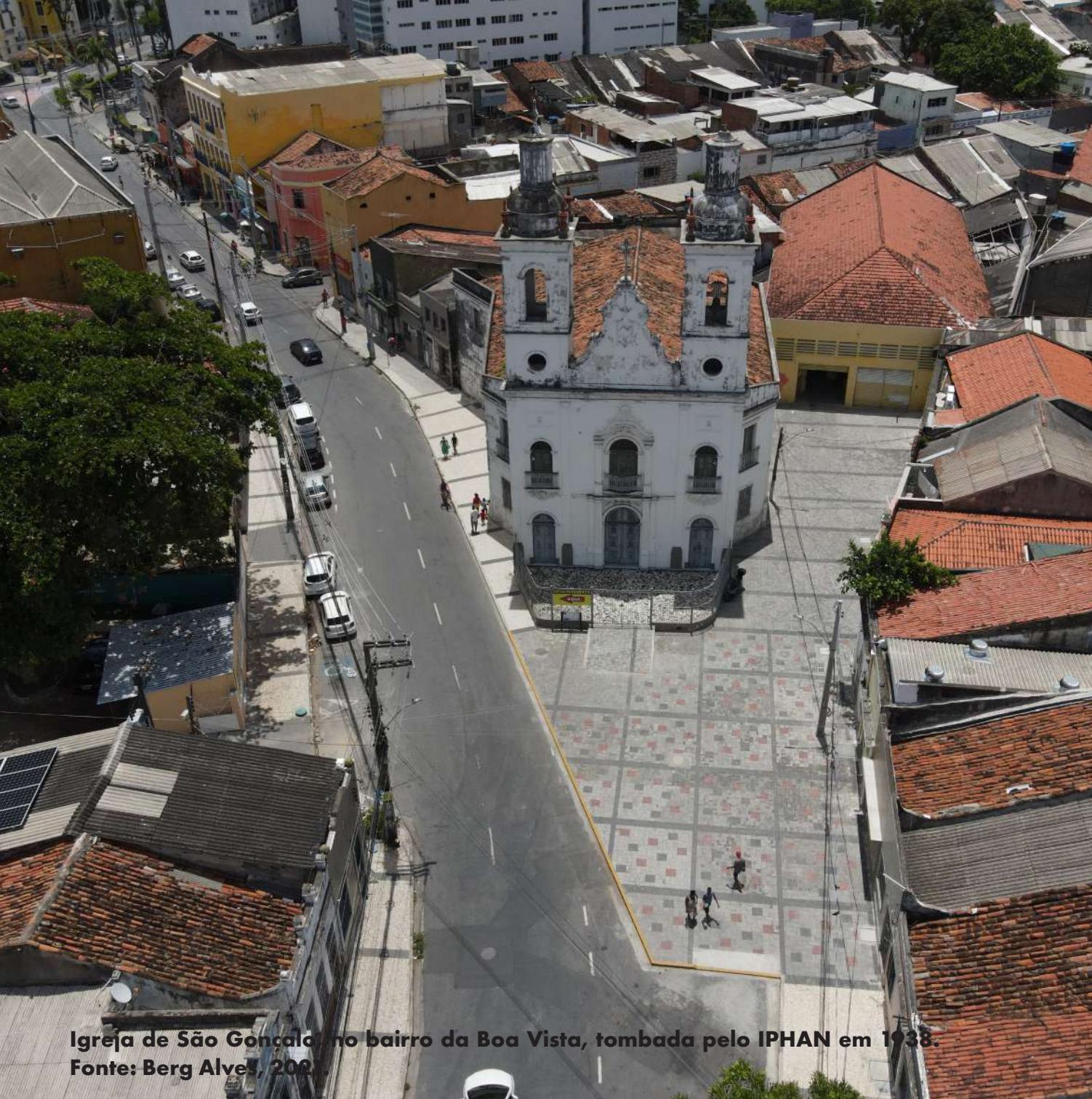


Patrimônio Cultural Imaterial presente no centro do Recife. Fonte das imagens: SECULT- PE.



Forte das Cinco Pontas, no bairro de São José, tombado pelo IPHAN em 1938. Fonte: Berg Alves, 2021.

A necessidade da preservação dos bens que representam a identidade de cada lugar se iniciou no século XIX, mas foi apenas no século XX, precisamente na década de 1930, que a importância da preservação ganhou o mundo. No Brasil, a expansão chegou com a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O surgimento da instituição veio da preocupação com a preservação de uma herança para as futuras gerações, inicialmente delineada no projeto de Mário de Andrade.



Igreja de São Gonçalo, no bairro da Boa Vista, tombada pelo IPHAN em 1938.

Fonte: Berg Alves, 2021.

O SPHAN foi o agente das primeiras ações de preservação na cidade do Recife, protegendo na década de 1930, por meio do tombamento, alguns monumentos, localizados no centro antigo, reconhecidos pelo seu valor nacional, ou seja, são edificações de importância para o país.



Bens tombados pelo Iphan. Fonte: Berg Alves, 2021.



Bens tombados pelo CEPPC. Fonte: Berg Alves, 2021.



Livros de tombamento e registro do Iphan.

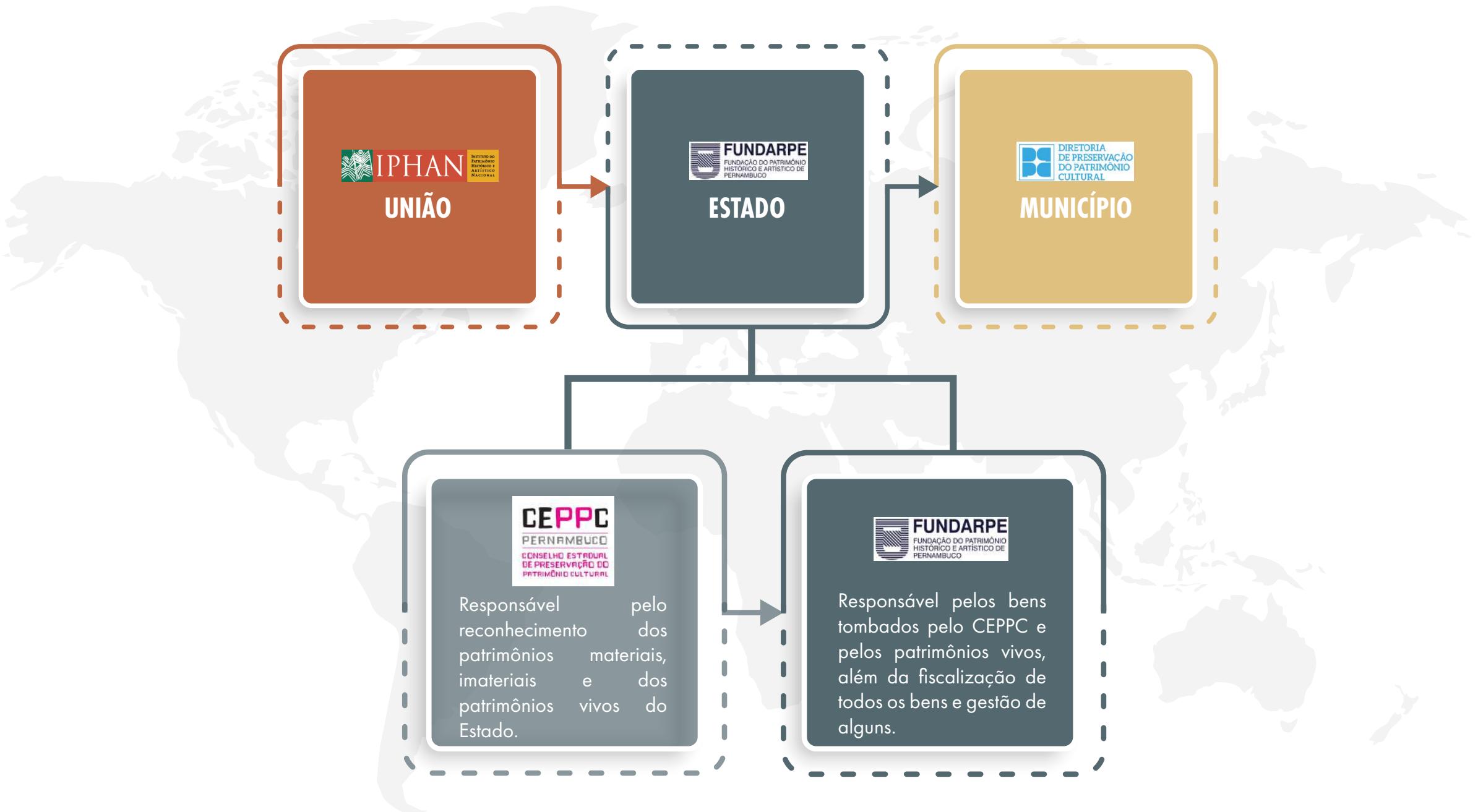
O tombamento é utilizado no sentido de historiar algo que é de valor para uma comunidade, protegendo-o através de legislação específica, ou seja, é um ato administrativo, cuja competência no Brasil é atribuída pelo Decreto Lei ° 25 de 30 de novembro de 1937. Pode ocorrer na esfera federal, neste caso é feito pelo IPHAN, na esfera estadual, pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco, ou municipal a depender da legislação vigente. No processo de tombamento, os bens são inscritos em livros de tombamento, quando se trata do patrimônio material, e livro de registro, quando se trata do patrimônio imaterial. No centro do Recife podemos observar o tombamento de parte do Bairro do Recife, realizado em 1985, como Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico, além das igrejas tombadas isoladamente e do Pátio de São Pedro, tombado como Conjunto Arquitetônico em 1938. Destaca-se, ainda, a valoração do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas e das estações Central do Recife e Brum.



No âmbito estadual a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, Fundarpe, criada em 1970, juntamente com o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (CEPPC) atuam como os responsáveis pela preservação dos bens do estado. A proteção a nível estadual também ocorre por meio do tombamento e do registro. Sendo a Fundarpe a instituição responsável pela fiscalização e acompanhamento de intervenções.

Quando a população identifica o valor e a necessidade de preservar um bem, uma edificação ou uma celebração, expressão cultural, solicita por ofício, que encaminha a documentação técnica, exigida por lei, ao Secretário Estadual de Cultura a abertura de processo para o tombamento, caso seja patrimônio material, ou registro para o patrimônio imaterial. Após realização pela Fundarpe das publicações, notificações e da análise técnica necessária, o processo é encaminhado, pela Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco ao CEPPC e, caso aprovado, este emite a Resolução que seguirá para homologação do Governador do Estado e posteriormente será inscrito num dos livros de tombo ou registro.







Vista do centro do Recife a partir do Parque as Esculturas. Berg Alves, 2021.

No âmbito municipal, a grande responsável pelo preservação é a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, a DPPC, que fiscaliza e preserva os bens da cidade do Recife. Como setor integrante da Secretaria de Planejamento Urbano, ela é responsável por todas as medidas para a defesa do patrimônio, cuja conservação se impõe em razão de seus valores intrínsecos à memória cultural recifense.

No Recife, até o momento não há proteção municipal por meio do tombamento ou registro. Todavia, a DPPC, atua diretamente nas Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico- Cultural, resultado do Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife, 1979, fruto, por sua vez, do Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife, 1978. O plano buscou a proteção dos sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, que possuem expressões arquitetônicas ou históricas com significado cultural.



As ZEPH são formadas pelo Setor de Preservação Rigorosa , cuja legislação e os parâmetros de preservação são mais rígidos; e pelo Setor de Preservação Ambiental, que são áreas de transição entre as áreas preservadas e as áreas não preservadas.

As ZEPH são divididas em categorias, e no centro do Recife encontramos a ZEPH 09 (Bairro do Recife), a ZEPH 10 (bairros de Santo Antônio e São José) e a ZEPH 8 (bairro da Boa Vista), na categoria de conjuntos urbanos. Nessas zonas, toda e qualquer reforma feita pelos proprietários e inquilinos, nos imóveis, seja na fachada, coberta, ou na área interna, deve ser licenciada na prefeitura, especialmente se estiver dentro do Setor de Preservação Rigorosa, devendo passar, obrigatoriamente, pela Divisão de Patrimônio Cultural.

Além das ZEPH, a DPPC é responsável pela identificação e preservação dos Imóveis Especiais de Preservação (IEP), que são edificações isoladas significativas para a cidade.



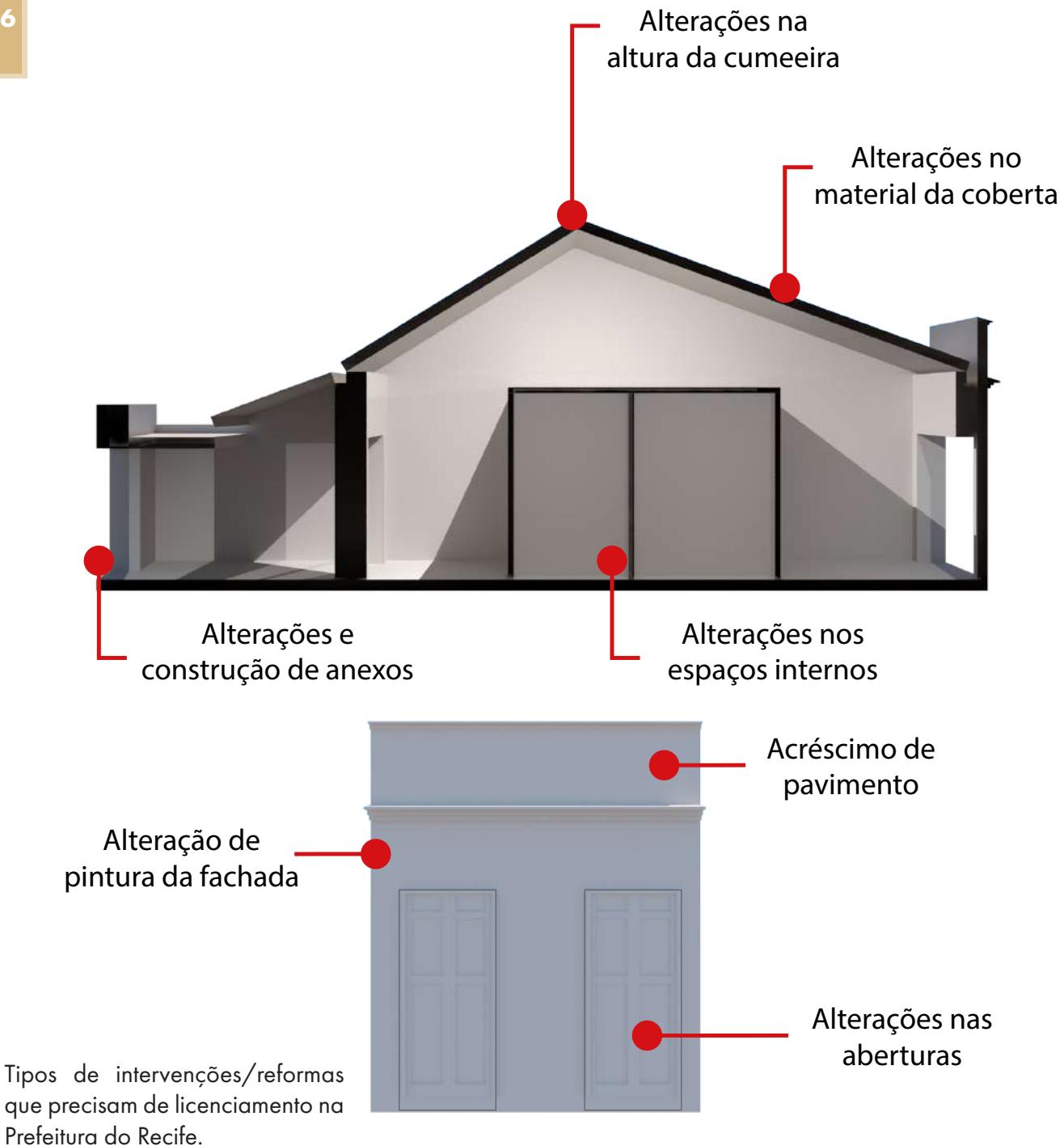


Vista do centro do Recife. Berg Alves, 2021.

Observamos que as áreas comerciais do centro antigo constituem um dos elementos determinantes do desenho da cidade e integram o legado da formação urbana da nossa sociedade, isso é notório em nossos largos com os seus mercados, ruas e conjuntos que até hoje preservam as fachadas como testemunha dos diferentes estilos arquitetônicos identificados no centro. Criando rotas que são muito mais do que apenas rotas de vendas de mercadorias, mas sim rotas de permutas culturais.

Alguns trechos do centro histórico já passaram pelo processo de tombamento, o que garante um passo à frente no confronto entre a modernização do espaço urbano e a preservação do patrimônio. É necessário compreender que todo esse espaço repleto de história e memória, é parte indissociável da identidade da população, sendo a preservação das casas, igrejas, mercados, teatros, de extrema importância para cultura local. Nesse contexto, é importante compreender as três legislações que incidem nessas áreas centrais.

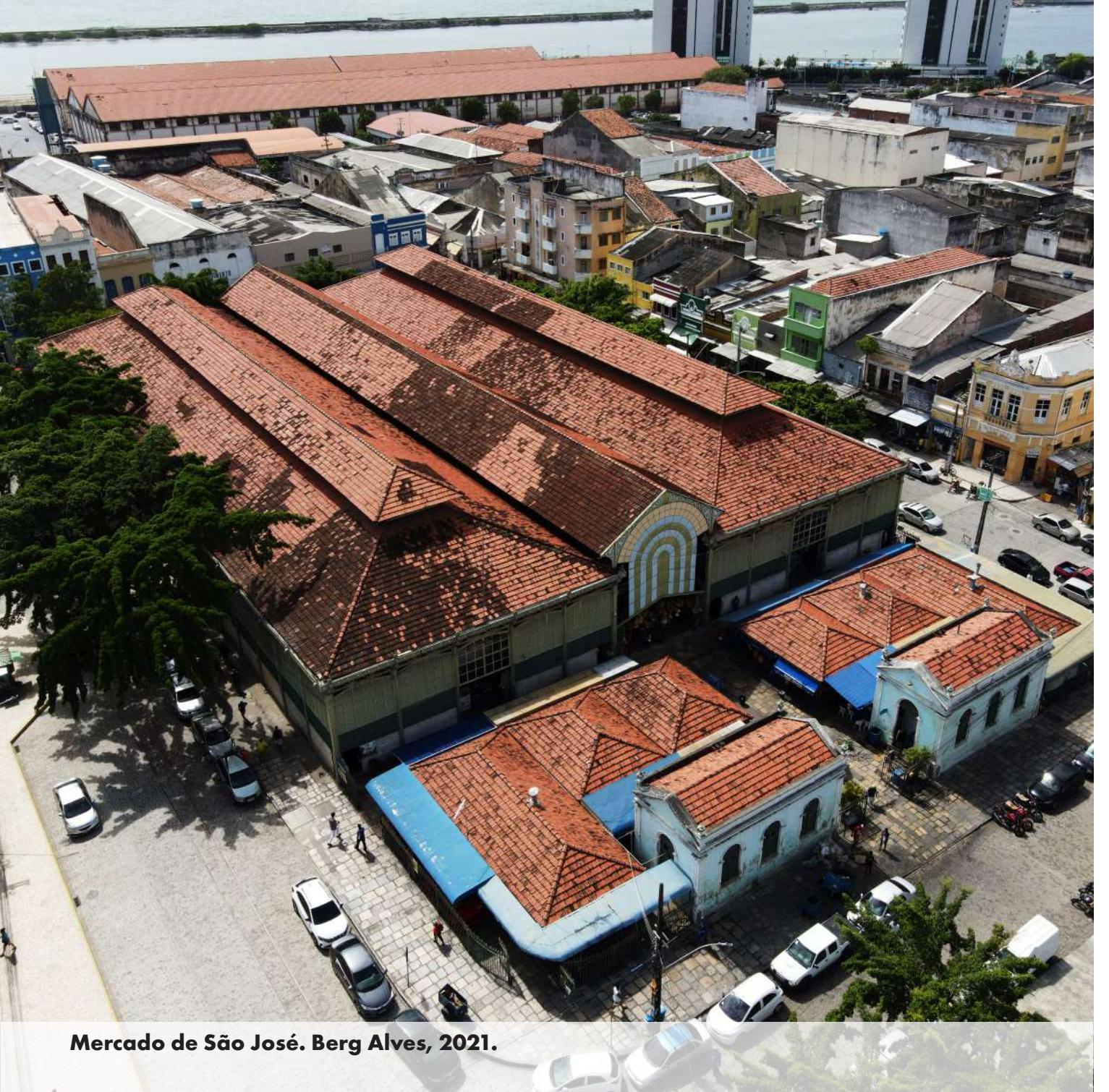




A Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife, que regulamenta as ZEPH, trazem parâmetros específicos para cada uma das atuais 33 zonas. No que concerne as ZEPH que abrange o centro do Recife a Lei afirma que a Zona deve passar por "análise especial para cada caso a critério do órgão competente, objetivando a restauração, manutenção do imóvel e/ou sua compatibilização com a feição do conjunto integrante do sítio, sendo permitida a demolição dos imóveis cujas características não condizem com o sítio".

Desta forma, toda e qualquer alteração realizada nos imóveis inseridos nessas áreas, mesmo que seja alteração de pintura da fachada, deverá ser licenciada pela Prefeitura do Recife. No caso da SPA da Boa Vista, podemos observar legislação específica. O atual Plano Diretor do Recife indica a ZEPH como parte integrante da Zona de Desenvolvimento Sustentável Centro, com parâmetros específicos para realização de intervenções.

Para saber se o imóvel está inserido no Setor de Preservação Rigorosa ou Ambiental da ZEPH, é possível verificar pelo site da Prefeitura ou no site Conjuntos Urbanos de Pernambuco.



**Mercado de São José.** Berg Alves, 2021.

A manutenção do patrimônio histórico nessas áreas representa a resistência e a preservação de elementos dos núcleos urbanos originais diante de todo o avanço de modernização imposto pelas transformações que a cidade enfrenta. Esses elementos antigos são norteadores para elaboração de qualquer projeto, pelo fato de estarmos trabalhando em um território que já existe.

Deste modo, compreender o que é patrimônio e, principalmente, quais as áreas que abrigam essa identidade cultural, se faz de suma importância para a preservação e perpetuação da história e identidade local.



LINS, Isabel Sales de Melo. **Descentralização dos trens metropolitanos brasileiros:** uma abordagem institucional do caso do recife. 2004. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Patrimônios de Pernambuco: materiais e imateriais / Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. 3 ed. ver. Ampl. Recife: FUNDARPE, 2014.

LINS, André Gustavo da Silva Bezerra. **Representações de identidades da Cidade Necessária (modelos e configurações urbanas distintas) na iconografia do Recife colonial:** planos de pherman-buquo do ante-bellum à restauração. 2011. 342 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-12092011-105620/>.pt-br.php. Acesso em: 12 abr. 2021.

LUDEMIR, Rosa Bernarda. **Um lugar judeu no Recife:** a influência de elementos culturais no processo de apropriação do espaço urbano do bairro da boa vista pela imigração judaica na primeira do século xx. 2005. 233 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3535/1/arquivo5414\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3535/1/arquivo5414_1.pdf). Acesso em: 25 maio 2021.

MATTOS, Renato de. Versões e interpretações: revisitando a historiografia sobre a abertura dos portos brasileiros (1808). **Revista de Historia Regional y Local**, Medellín, v. 9, n. 17, p. 473-505, jun. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2145-132X2017000100473](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2145-132X2017000100473). Acesso em: 20 abr. 2021.

MENEZES, Larissa Rodrigues de. Competição de usos e descaracterização do patrimônio cultural no bairro de São José no Recife. In: XVIII ENANPUR, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2019, Natal. **Anais [...]** . Natal: Ufrn, 2019. p. 1-23. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaiss-sl/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

NÓBREGA, Maria de Lourdes Carneiro da Cunha; Gomes da Silva, Geraldo. **Todo caminho dá na venda:** a influência do comércio de varejo nas transformações físicas do espaço urbano. Os bairros do Recife, Santo Antônio e São José, 1970-2006. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

OLIVEIRA, Patricia Ataíde Solon de. **Entre invenção e memória: arquitetos modernos e patrimônio histórico no Recife (1946-1979)**. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29427>. Acesso em: 11 abr. 2021.

OLIVEIRIA, Luciana Monzillo de. **O avanço do setor terciário em direção ao Eixo Histórico de Santo Amaro, e a preservação do patrimônio histórico edificado**. 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=181>. Acesso em 05 de maio 2021.

PERNAMBUCO. Decreto nº 6239, de 11 de janeiro de 1980. **Regulamenta a Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979, que institui o Tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências**. Decreto N° 6239 de 11.01.1980. Recife, Pernambuco. Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/Decreto-6.239-80.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2021.

PERNAMBUCO. **Lei nº 7970/1979, de 18 de setembro de 1979**. Institui o Tombamento de bens pelo Estado. Lei Nº. 7970 de 18.09.1979. Recife, Pernambuco. Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/Lei-7.970-79.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2021.

REYNALDO, Amélia; ALVES, Paulo Reynaldo Maia. **Origem da expansão do Recife: divisão do solo e configuração da trama urbana**. 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2099.2/3511>. Acesso em: 04 maio 2021.

SANTANA, Andresa Bezerra de. **Reabilitação é Revolução**: diretrizes de reabilitação urbana para o sítio histórico de São José, Recife. Trabalho de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Católica de Pernambuco, 2018.

RECIFE. Lei nº 13.957, de 26 de setembro de 1979. Institui normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, cujas expressões arquitetônicas ou históricas tenham real significado para o patrimônio cultural da cidade do recife; disciplina a preservação desses bens, autoriza o prefeito a declarar zonas especiais de interesse dessa preservação cultural e, dá outras providências. Lei N° 13.957 de 26.09.1979. Recife, PERNAMBUCO. Dispo-





Secretaria de  
Cultura



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

SECRETARIA ESPECIAL DA  
CULTURA

MINISTÉRIO DO  
TURISMO

